

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

1.1. Secretaria solicitante: Secretaria de Planejamento Urbano

1.2. DO OBJETO

Aquisição de paradas de ônibus com estrutura metálica e fechamento em policarbonato e instalação, e remoção dos antigos em diversas áreas do Município de Fazenda Rio Grande/PR, conforme especificações e quantitativos constantes neste documento, no ETP, no Edital e seus Anexos.

DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data da publicação no PNCP, nos termos do artigo 105 da Lei 14.133/2021.

Nº	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	QTDE
01		Fabricação, fornecimento e instalação, de paradas de ônibus com estrutura metálica e fechamento da cobertura, painel traseiro e painéis laterais em policarbonato, fundação com 3 sapatas em concreto armado com dimensões 400 mm (Comprimento) x 400 mm (Largura) x 600 mm (Profundidade). Em diversas áreas do Município de Fazenda Rio Grande/PR	un	60
02		Remoção dos antigos pontos de ônibus	un	60

A quantidade a ser contratada foi baseado no valor da Emenda Parlamentar nº 202437710007-TONINHO WANDSCHEER, e com base em orçamento de preço e valor emenda que foi repassada ao município.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS

Estrutura:

- Cobertura
- Painel traseiro
- Painéis laterais

- Colunas para painel traseiro e lateral
- Alça para banco
- Banco em aço carbono dobrado com acabamento de pintura verde

Fundações:

- As fundações são tipo sapatas em concreto armado, com dimensões 400mm (Comprimento) x 400mm (Largura)x 600mm (Profundidade). Cada parada deverá ter três sapatas;

Fabricação

- As paradas devem ser fabricadas de forma modular, em quatro partes, que serão: traseira, laterais, cobertura e banco, com dimensões conforme projeto.
- Deverá ser pintada com tinta epóxi (eletrostática) a fim de evitar corrosão

Estrutura das colunas principais

- A estrutura das colunas principais traseiras deverão ser executadas em tubo retangular de aço carbono com medidas de 100 mm x 50 mm com espessura 3 mm e MEDIDAS CONFORME PROJETO ANEXO.
- As colunas principais dianteiras deverão ser executadas em tubo retangular de aço carbono com medidas de 100 mm x 50 mm com espessura 3 mm e MEDIDAS CONFORME PROJETO ANEXO.
- Suas ligações serão soldadas com um formato de solda a gás modelo MIG formando um conjunto rígido com resistência suficiente a ação do vento;

Cobertura

- A cobertura deve ter a estrutura fabricada em tubo retangular de aço carbono com medidas de 100 mm x 50 mm com espessura 3 mm e acabamento frontal em tubo redondo metálico de aço carbono com medida de 3 polegadas e espessura de 2,65 mm e MEDIDAS CONFORME PROJETO ANEXO.;
- A chapa de fechamento da cobertura deverá ser executada em Chapa de policarbonato de espessura de 2,00 e Suas ligações devem ser parafusadas garantindo fixação resistente e proteção à ação do vento;

Fechamento

- O fechamento, tanto lateral quanto traseiro, será em chapa de aço carbono em espessura 1,20 mm, devidamente parafusada a estrutura da parada;
- No painel traseiro deverá conter adesivo do Brasão do Município de Fazenda Rio Grande/PR e adesivo de cadeirante conforme NBR 9050.
- A estrutura principal do painel traseiro será em tubo retangular de aço carbono com medidas de 100 mm x 50 mm com espessura 3 mm e chapa de acabamento em aço carbono de espessura 1,20mm e MEDIDAS CONFORME PROJETO ANEXO.
- A estrutura secundária do painel lateral e fundo será em tubo retangular de aço carbono com medidas de 100 mm x 50 mm com espessura 3 mm e chapa de acabamento em aço carbono de espessura 1,20mm e MEDIDAS CONFORME PROJETO ANEXO.
- Todos os tubos devem ser soldados entre si com solda tipo Mig. Percurso de até 4.000 mm;

Bancos

- Será executado um banco para acomodar os usuários, que deve ser fabricado em chapa de aço carbono com espessura de 2,65 mm. As dimensões da chapa serão de 3700 mm de comprimento por 500 mm de largura. O banco deve ser soldado e dobrado para garantir rigidez estrutural e um acabamento arredondado. A estrutura deve ser projetada para suportar uma carga mínima de 320 kg, equivalente ao peso de quatro pessoas.
- O banco deverá conter mão francesa de reforço no centro e nas duas cabeceiras em chapa de aço carbono na espessura de 2,65 mm frente e MEDIDAS CONFORME PROJETO e oferecer estabilidade estrutural para a resistência da carga supracitada.
- A fixação do banco deverá respeitar o espaço para cadeirantes, conforme NBR 9050.;

Pintura, acabamento, instalação e montagem:

- Será executada a pintura eletrostática em toda estrutura da parada, nas cores indicadas pelo Município de Fazenda Rio Grande.
- Mão de obra de instalação e montagem do abrigo no local indicado pela Prefeitura

Municipal de Fazenda Rio Grande/PR

Imagem ilustrativa do objeto:



3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se tal solicitação por:

- a) A exposição direta aos raios ultravioleta (UV) pode causar danos à pele e aumentar o risco de câncer de pele. As paradas de ônibus cobertas oferecem uma barreira física que protege os usuários contra a incidência direta desses raios, proporcionando um ambiente mais seguro enquanto aguardam o transporte público
- b) A exposição prolongada ao sol pode causar desconforto térmico, insolação e desidratação. As coberturas das paradas de ônibus ajudam a reduzir a temperatura no local, proporcionando um ambiente mais agradável e confortável para os usuários.
- c) Em dias de chuva, as paradas de ônibus cobertas oferecem abrigo, evitando que os munícipes se molhem enquanto esperam. Isso é especialmente importante para garantir que cheguem aos seus destinos secos e confortáveis, preservando a saúde e o bem-estar.
- d) A implantação de paradas de ônibus cobertas contribui para a saúde pública, oferecendo proteção contra condições climáticas adversas que podem afetar negativamente a saúde dos cidadãos.
- e) Paradas de ônibus cobertas são particularmente importantes para idosos, crianças e pessoas com mobilidade reduzida, proporcionando um local seguro e acessível

enquanto aguardam o transporte público.

f) Paradas de ônibus bem projetadas e cobertas contribuem para a valorização estética da cidade, tornando os espaços urbanos mais funcionais e atrativos.

g) A implantação de paradas de ônibus cobertas demonstra o compromisso da administração pública com a infraestrutura sustentável e o bem-estar dos cidadãos, refletindo um planejamento urbano responsável e cuidadoso.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação será realizada na modalidade pregão eletrônico – menor preço global.

A solução proposta justifica-se devido ao domínio do mercado sobre o objeto a ser licitado, o que confere possibilidade de ampla participação de diversas empresas, favorecendo a competitividade, e trazendo segurança para a Administração, já que a contratada se responsabiliza integralmente pela execução.

Durante a etapa de levantamento de mercado se verificou que a contratação de empresa especializada para a execução do objeto é usualmente utilizada por órgãos públicos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste termo de referência.

Deverá atender aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande, a ser contratado mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço.

6. DAS COTAÇÕES, DA NATUREZA DO SERVIÇO, DA VERBA, DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Informamos que a pesquisa de mercado relativa à prestação dos serviços se deu conforme PLANILHA DE ORÇAMENTO.

A prestação do serviço que se pretende contratar é considerada de natureza comum,

tendo em vista não carecerem de avaliação técnica complexa, bem como por possuírem padrão de desempenho e qualidade comuns, conforme se vê nas especificações constantes neste documento.

Esta contratação será efetuada através de **Emenda Individual Parlamentar Especial**.

Valores máximos estimados desta contratação encontram-se na PLANILHA DE ORÇAMENTO.

7. DO LOCAL, DO PRAZO DE INÍCIO, DO HORÁRIO, DOS DIAS E DOS PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

Da entrega:

A entrega deverá ser realizada em até 30 dias corridos após o recebimento da solicitação de fornecimento os itens serão entregues em endereços que acompanharam a solicitação de fornecimento.

Correndo por conta da empresa contratada as despesas de embalagem, execução dos serviços ora contratados, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do serviço prestado.

Do local:

A prestação dos serviços objeto do presente certame deverá ser executado no perímetro urbano do Município de Fazenda Rio Grande/PR, área central e avenidas principais.

Prazo para início dos serviços:

Após a emissão da ordem de serviços, o licitante vencedor terá um prazo de 30 dias Úteis após emissão da solicitação de fornecimento, para iniciar a execução dos serviços. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas deste edital, desde que se verifiquem alguma das hipóteses previstas na legislação.

O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado pelo interessado antes da data fixada para o início da execução, para a conclusão ou para a entrega, e será instruído com as razões e documentos que justifiquem a prorrogação.

Considerar-se-á em mora, no dia seguinte ao vencimento dos prazos descritos em

cada Ordem de Serviço, correndo por contada Contratada, as despesas decorrentes de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação de serviços.

A Contratante considerará, para efeitos de prazo de execução dos serviços, a data de encaminhamento da Ordem de Serviço, que estará à disposição sempre que ocorrerem dúvidas quanto à data da liberação.

A Contratada deverá disponibilizar endereço de e-mail e telefone, com nome da pessoa responsável pelos serviços, para que a Contratante possa encaminhar alerta quanto ao encaminhamento das Ordens de Serviço, possibilitando o atendimento dentro dos prazos estabelecidos.

O não cumprimento dos prazos indicados nas respectivas Ordens de Serviço ensejará na aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, bem como aquelas elencadas neste documento, e no Edital.

8. EQUIPES

Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados, desde a sinalização do local onde serão executadas as atividades até a limpeza final, com todos os serviços especificados na Ordem de Serviço.

Os profissionais deverão ser qualificados e instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho, bem como deverão apresentar estado de saúde compatível com as atividades a ser em desenvolvidas pelos mesmos.

O dimensionamento da equipe de Profissionais e Auxiliares ficará a cargo da Contratada, de acordo com o seu plano de trabalho previamente estabelecido e apresentado a contratada.

Os profissionais deverão apresentar-se devidamente identificados e uniformizados, e deverão fazer uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual (EPI) previstos nas Normas Regulamentadoras NR - 6 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI e NR.

A Contratada deverá, em qualquer modalidade, seguir rigorosamente o disposto na Norma Regulamentadora NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

No intuito de que sejam tomadas todas as precauções necessárias para evitar a

ocorrência de acidentes durante a execução dos serviços deverá ser rigorosamente observada a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho NR-18. Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

A Contratada deverá instruir os seus empregados, através de ordens de serviço escritas e com a ciência do trabalhador, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais, observando as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio da Contratante e de outrem, bem como aos materiais envolvidos na Prestação dos Serviços, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria Nº. 3214, de 08/06/78, Lei Federal Nº. 6514, de 22/12/77.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A empresa deverá manter durante a execução dos serviços, pessoal habilitado, técnicos especializados, devidamente treinados, uniformizados e identificados, para a perfeita execução do objeto, equipamentos e ferramentas devidamente ajustados e em perfeitas condições de funcionamento e de segurança, bem como deverá dispor de instrumentos de medição, EPI'S, EPC's, ferramenta e materiais necessários à perfeita realização do serviço.

Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a execução dos serviços contratados.

Caso a Contratante entenda necessário, o fornecedor se obriga a permitir a vistoria deste material antes do início de fabricação de cada peça, visando verificar a conformidade do material com as especificações exigidas para cada peça/serviço, sob pena de nova aquisição de material, se este não for condizente com a descrição contida em cada item.

Na ocasião da elaboração da proposta, a proponente deverá considerar algumas particularidades do serviço que influenciam diretamente no seu custo, como, por exemplo as listadas abaixo.

Se a empresa tiver sua sede fora de Fazenda Rio Grande, deverá considerar, no seu custo, todas as despesas de viagem para atendimento dos serviços.

Manter disponível equipe dimensionada para a execução dos serviços e com

disponibilidade de ferramentas manuais, elétricas e demais necessidades para atendimento das demandas, dentro dos prazos estipulados.

A Contratada deverá fornecer materiais, peças, ferramentas, equipamentos, EPI's – Equipamentos de Proteção Individual EPC's–Equipamentos de Proteção Coletiva e mão de obra especializada, bem como respeitar todas as normas de segurança do trabalho, vigente se necessárias para a correta execução do serviço.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada assumirá a integral responsabilidade pela boa e eficiente prestação dos serviços e operação dos equipamentos contratados, de acordo com os requisitos estabelecidos nos documentos que balizam a contratação e nas normas da legislação específica.

Os serviços e equipamentos deverão apresentar operação eficiente e elevado padrão técnico, com utilização de mão-de-obra comprovadamente qualificada, em condições adequadas.

Compete ainda à Contratada as obrigações abaixo relacionadas.

Executar os serviços em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes nos documentos que balizam a contratação e nas normas da legislação específica.

Manter na cidade de Curitiba ou na Região Metropolitana de Curitiba, pessoal técnico de suporte à prestação dos serviços de manutenção do objeto deste contrato.

Elaborar todos os cronogramas de serviços através de responsável técnico identificado nominalmente e pelo registro profissional do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA/PR e correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica–ART.

Manter, por si e por seus empregados, durante e após o período de vigência do Contrato, completo sigilo sobre dados, informações, imagens e detalhes obtidos com a utilização dos equipamentos/sistema implantados ou fornecidos pela Contratante, bem como não divulgar, a terceiros, quaisquer informações relacionadas como objeto do Contrato e seus anexos, sem prévia autorização por escrito, respondendo civil e criminalmente pela inobservância dessas obrigações.

Manter arquivos cronologicamente organizados, de todas as comunicações escritas,

emitidas ou recebidas da Contratante, que deverão permanecer a sua disposição, para consulta a qualquer momento.

Manter a Contratante informada sobre qualquer evento que acarrete a interrupção da operação dos serviços e/ou equipamentos.

Providenciar e manter atualizados todos os registros e certificados dos equipamentos utilizados para a execução dos serviços objeto do contrato, na forma estabelecida pela legislação pertinente.

Se responsabilizar única e exclusivamente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sindicais e comerciais resultantes da execução dos serviços objeto do presente Contrato, bem como por todas as despesas necessárias à realização dos serviços, custos com fornecimento de equipamentos e materiais, mão-de-obra e demais despesas indiretas, inclusive certificação e aferição periódica e eventual dos equipamentos pelo IPEM/INMETRO.

A inadimplência da Contratada com relação aos encargos mencionados no item supra não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento e nem poderá onerar o Contrato.

Fornecer, quando solicitado pela Contratante, elementos necessários à avaliação do objeto licitado, devidamente assinados.

Manifestar-se, por escrito, sobre os documentos encaminhados pela Contratante, apartir da sua ciência, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** e garantindo-lhe, inclusive total acesso a documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que por ventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento.

Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar à Contratante ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando a Contratante de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

Respondera quaisquer questionamentos e/ou pedidos de esclarecimentos da

Contratante, feitos via e-mail, em até **02 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento pela Contratada.

A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 02 (dois) canais de comunicação (e-mail, telefone, entre outros) com a Contratante, para recebimento das Ordens de Serviço emitidas por esta.

Responsabilizar-se pela seleção, qualificação, treinamento, substituição e avaliação de desempenho da equipe de profissionais, garantindo assiduidade, pontualidade, disciplina e motivação para a execução das atividades da Contratada.

Garantir a qualidade dos serviços em todas as etapas dos serviços descritos neste Termo de Referência, no Edital e em seus Anexos, de acordo com os requisitos estabelecidos nos documentos que balizam a contratação, nas Ordens de Serviço, nas especificações técnicas e demais legislações específicas.

Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que por ventura venham a incidir sobre o objeto desta contratação, bem como por todas as despesas necessárias, incluindo custos com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e demais despesas indiretas, inclusive certificações.

A contratada deverá fornecer a garantia de um ano contra defeitos de fabricação e instalação contados a partir da data da nota fiscal.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Acompanhar, fiscalizar e controlar o recebimento dos serviços executados, ficando também responsável pela validação do objeto.

A existência da fiscalização da Contratante de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da Contratada na prestação dos serviços a serem executados.

Comunicar à Contratada toda e qualquer conduta que desabone e/ou interfira no ambiente de trabalho, solicitando providências que se façam necessárias.

Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos do presente ajuste.

Notificar, por escrito, a Contratada se verificado qualquer problema no objeto licitado.

Poderá ser ordenada a suspensão da entrega e respectivos pagamentos se, dentro

de **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.

Impugnar, através da fiscalização, os serviços contratados que não forem feitos a contento, ficando a Contratada na obrigação de refazê-lo(s), sem ônus para a Contratante.

Recusar, pela fiscalização do Contratante, a utilização de material e/ou equipamento que não estejam de acordo com as especificações técnicas vigentes, as especificações deste documento, e seus anexos, que não seja compatível com o padrão de qualidade exigido pela Contratante.

12. DAS PENALIDADES

Para eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento parcial ou total da contratação, deverá ser utilizado o padrão atualmente utilizado pela Contratante.

13. DA GARANTIA E DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO

A Contratada fornecerá garantia conforme abaixo.

Declaração de garantia específica para o pregão eletrônico do Município de Fazenda Rio Grande, com validade não inferior a **12 (doze) meses** para a mão de obra, materiais e peças fornecidos junto aos documentos de habilitação.

indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Quando solicitado pela Contratante e decorrente da identificação de falha (s) na (s)execução(ões) do(s) serviços contratados, será exigida a presença de técnico responsável da Contratada no período máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, no local, após a hora da chamada, incluso na garantia.

A Contratada deverá responsabilizar-se tecnicamente sobre a execução dos serviços descritos neste Termo e seus Anexos, perante os órgãos de fiscalização, ficando desde já ciente da responsabilidade civil e criminal de seus responsáveis sobre os serviços contratados.

Durante o período de garantia, o fornecedor deverá assegurar o fornecimento para anormalização de quaisquer defeitos, que não sejam atribuídos ao uso inadequado,

sem ônus para a Contratante.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

A fiscalização da execução dos serviços contratados será feita pela Contratante através de profissionais para esse fim designados.

A Contratada deverá permitir que os funcionários e profissionais autorizados pela Contratante, a qualquer tempo, inspecionem a execução dos serviços.

Quaisquer serviços ou materiais que apresentem defeitos, vícios ou incorreções, revelados durante o andamento da execução dos serviços, deverão ser prontamente refeitos, corrigidos, removidos, reconstruídos e/ou substituídos pela Contratada, tão logo seja expedida por parte da fiscalização a respectiva notificação, livre de qualquer ônus financeiro para o Contratante.

A Contratada é obrigada, se for o caso, a efetuar e entregar, no prazo requisitado pela fiscalização, comprovantes, fichas técnicas e/ou resultado de testes, ensaios, laudos, entre outros, que se fizerem necessários para comprovação do atendimento às especificações de materiais para a execução dos serviços.

A ação ou omissão da fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade de quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, responsabilizando-se a Contratada, inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade, isentando a Contratante de toda e qualquer corresponsabilidade.

15. DO GESTOR, FISCAL, SUPLENTE DO CONTRATO.

Ficam designados os servidores.

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	Nº MATRÍCULA
Gestor	Saulo Samuel Santos	361.386
Fiscal de contrato	Enzo Shigeru Endo	356.335
Fiscal suplente	Eliane Freitag dos Santos	358.325
Fiscal Técnico	Ruan Felipe Garcia de Souza	360.883

16. ANEXOS

a. ANEXO A Planilha de orçamentos

17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 dias úteis, contados a partir da liquidação da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência, conta corrente indicado pelo contratado, sempre após a realização das entregas e das instalações. O objeto de contratação não é composto por itens divisíveis, conforme suas características técnicas e peculiaridades de comercialização no mercado.

17.1. Dos Critérios de Aferição e Medição para Faturamento e Pagamento:

A avaliação da execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

- I - os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida;
- III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

17.2. LIQUIDAÇÃO:

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

O prazo de validade

A data da emissão

Os dados do contrato e do órgão contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor a pagar; e Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

Forma de pagamento

I O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

II Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

III Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR - (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021).

Elencamos como critério de aceitabilidade o **MENOR PREÇO**, cujo critério de **julgamento será global**, observada as margens de preferências legais.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

Deverá o fornecedor classificado apresentar em até 03 horas, toda a documentação relativa à documentação Jurídica, Fiscal e Técnica.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo (qualificação jurídica) ou Estatuto ou, ainda, Contrato Social em vigor (qualificação jurídica), em se tratando de sociedades comerciais ou Requerimento do Empresário, em se tratando de microempreendedor individual, bem como suas alterações em vigor, devidamente registrados (ou outro instrumento equivalente). No caso de sociedades por ações, apresentar também documentos de

eleição de seus administradores; para sociedades civis, a inscrição do Ato Constitutivo deverá vir acompanhada de prova de diretoria em exercício. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, apresentar Decreto de Autorização e Contrato ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

a.1) A apresentação de todas alterações contratuais a que se refere o edital poderá ser substituída pelo contrato social consolidada e todas as alterações posteriores.

b) Cartão CNPJ com emissão não superior a 30 dias da data do certame, com objeto social compatível ao licitado

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certificado de Regularidade do FGTS;

b) Prova de Regularidade relativa a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;

c) Prova de Regularidade relativa a Tributos Estaduais;

d) Prova de Regularidade relativa a Tributos Municipais

e) Prova de Regularidade relativa a Débitos Trabalhistas

Habilitação Técnica

A Lei 14.133/2021, em seu artigo 62, exige a comprovação da habilitação técnica dos licitantes para garantir a competência necessária na execução dos serviços. A complexidade dos serviços a serem prestados demanda que a empresa comprove sua capacidade técnica, por meio da apresentação de:

a) Comprovação de qualificação técnica profissional, mediante apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, devidamente registrado no CREA/CFT/CAU, juntamente com a respectiva certidão de acervo técnico – CAT, emitida pelo CREA/CFT/CAU, em nome do responsável técnico indicado, de execução de serviços pertinentes e compatíveis em características com os itens

licitados, quais sejam:

ESPECIFICAÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA:

Instalação de estrutura metálica com pintura eletrostática.

Execução de sapatas em concreto armado.

Instalação de policarbonato.

b) O atestado da alínea “a” deverá ser compatível com o objeto da licitação, informando o produto entregue ou o serviço prestado.

Além disso, é necessário apresentar:

Prova de registro regular do proponente e do responsável técnico no CREA.

Prova de vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços ou Contrato Social (no caso de sócio da empresa) do profissional detentor do atestado acervo, entre o proponente e um engenheiro civil ou outro profissional que possua atribuições para responder tecnicamente pelo Objeto licitado. Apresentar no momento da assinatura do contrato. Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA/CFT/CAU em nome do responsável técnico.

Deve-se incluir uma declaração sobre o aparelhamento técnico e a equipe disponível para a execução do objeto da licitação, conforme o artigo 67, III da Lei 14.133.

A exigência de tais atestados é justificada pela Súmula 263 do TCU, que estabelece que, para comprovar a capacidade técnico-operacional das licitantes, é lícito exigir atestados referentes às parcelas mais relevantes e de valor significativo do objeto a ser contratado. Além disso, é permitida a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços de características semelhantes, desde que essa exigência seja proporcional à dimensão e à complexidade do objeto a ser executado.

Documentos complementares

Texto retirado, considerando a indisponibilidade de apresentação de garantia de proposta no Sistema ComprasGov.

~~a) Conforme o estabelecido no artigo 58, § 1º da Lei Federal n.º 14.133/2021, no importe de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, que deverá estar em nome do Município de Fazenda Rio Grande PR, com validade de no mínimo 90 (noventa) dias a contar da data de abertura da licitação.~~

~~Os licitantes deverão apresentar comprovante da referida garantia da proposta sob uma das modalidades e critérios previstos no §1º do artigo 96, da Lei 14.133/2021.~~

~~I. Em caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito em conta própria fornecida pelo Setor de Contabilidade do Município de Fazenda Rio Grande PR.~~

~~A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.~~

~~II. seguro garantia;~~

~~III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.~~

~~IV. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).~~

~~§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.~~

~~§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do §1º do artigo 96, da Lei 14.133/2021.~~

b) – DECLARAÇÃO CONJUNTA

As empresas licitantes deverão apresentar declaração sob as penas da lei, assinada pelo representante legal, a ser juntada no Envelope 1 – Documentação de que:

- 1) Não foi apenada com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer ente da Administração Pública direta ou indireta de qualquer das pessoas políticas em virtude de contratos anteriormente celebrados;
- 2) Não está impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande/PR;
- 3) Não existe fato impeditivo à sua habilitação;
- 4) Não possui entre seus proprietários nenhum titular de mandato eletivo;
- 5) Que se obriga a manter durante todo o período de execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação deste certame;

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i',

da Lei nº 14.133/2021).

Estimativa de valor da contratação foi realizado 3 cotações com empresas e diante dos valores apresentados foi decidido o processo licitatório será realizado com menor preço de cotação que ficou em R\$ 1.051.500,00 (um milhão e cinquenta e um mil e quinhentos reais).

20. DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Conforme já explicitado no ETP deste processo não se vislumbra vantagens à Administração Pública na participação de empresas em consórcio, ou seja, o objeto licitado não traz nenhuma característica própria que justifique a admissão de empresas em consórcio.

21. SUBCONTRATAÇÃO:

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual;

22. DO RECEBIMENTO:

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22 X e 23 X do Decreto nº 11.246, de 2022). O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação.

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes desta contratação serão financiadas por recursos provenientes de uma Emenda Parlamentar, a qual foi classificada como capital. Essa classificação indica que os recursos serão utilizados para investimentos que visam a melhoria e a expansão dos serviços, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da nossa infraestrutura.

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte
829	28	01	04	121	0048	2.190	4.4.90.51	1818

Fazenda Rio Grande, 17 de setembro de 2024.

ELABORADO POR:

Ruan Felipe Garcia de Souza
Matrícula 360.883.
Assessor e coordenador

REVISADO POR:

Saulo Samuel Santos,
Matrícula 361.386.
Gestor

Enzo Shigeru Endo
Matrícula 356.335

Fiscal Suplente

Eliane Freitag dos santos,

Matrícula 358.325.

Fiscal

APROVADO POR

Bruno Martins dos Santos

Secretário Municipal de Planejamento Urbano

Decreto 6462/2022